

Rosemberg: ampliar ESTADO DE SÃO PAULO Senado dívida arbitrariamente - 9 OUT 1985 é uma "violência"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O assessor especial para assuntos econômicos da Presidência da República, Luiz Paulo Rosemberg, disse ontem que todas as despesas do governo devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional e considerou "uma violência contra a sociedade" o fato de o Executivo "ter poderes para ampliar sua dívida sem consultar ninguém".

Rosemberg foi um dos participantes do simpósio "O Legislativo e o Orçamento", promovido pelo Senado e pela Embaixada dos Estados Unidos. Ele foi comentarista da conferência realizada pela economista Alice Rivlin, diretora do programa de estudos econômicos da Brookings Institution.

Em sua palestra, Rivlin enfatizou a preocupação dos parlamentares americanos com o déficit público, afirmando que o seu país tem tido problemas com a alta da inflação e com o nível do desemprego nestes últimos anos. Também salientou dificuldade de se planejar com antecipação orçamentos públicos, e defendeu a tese de que estes devem emergir de um debate nacional, embora isso seja um processo demorado. "A democracia é um processo que leva muito tempo", argumentou.

LEGITIMAÇÃO

Já Rosemberg destacou em seu comentário duas funções básicas no processo de orçamentação: o seu envio ao Congresso e a legitimação, por este, dos gastos públicos — afirmando que nesse último aspecto o Brasil "ainda tem alguns pontos a avançar, ou seja, as propostas econômicas necessitam estar unidas pelo voto".

Para o assessor da Presidência

um bom orçamento público deve possuir "universalidade, transparência e realismo". No que se refere à universalidade, segundo ele, deve haver explicitação de todo o movimento de recursos e necessidades, como o limite de endividamento. "O lançamento da ORTN hoje não é nada mais que tributação sobre a geração futura." Neste item, ele também inclui a participação das empresas públicas no orçamento.

A transparência é outro aspecto que, segundo Rosemberg, não deve faltar num orçamento público. Ele acredita que ainda falta uma avaliação objetiva das rubricas que fazem parte de um orçamento, defendendo a idéia de que deve haver mais rigor na introdução de uma rubrica nova do que na sua manutenção. O terceiro item, realismo, para o assessor especial é um desafio técnico que vai permitir ao Congresso trabalhar com os recursos "de que dispõe o governo realmente".

"SEM SACRIFÍCIOS"

O vice-líder oposicionista Virgílio Távora (PDS-CE) voltou ontem a criticar a proposta orçamentária federal para o próximo ano, especialmente pelo elevado déficit previsto, equivalente à metade da receita e um terço da despesa constante da proposta. Ele considera "utópica" a tese de rejeição da proposta pelo Congresso Nacional, que, aliás, havia sido sugerida pelo senador Roberto Campos (PDS-MT).

Para Virgílio Távora, diante daqueles defeitos, o Executivo deveria, uma vez aprovado o orçamento, pôr em prática um plano de economia, "colocando seus números dentro da realidade com que nos defrontamos, em lugar de sacrificar o contribuinte com mais impostos".